



SALÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA XXVIII SIC

paz no plural



Evento	Salão UFRGS 2016: SIC - XXVIII SALÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFRGS
Ano	2016
Local	Campus do Vale - UFRGS
Título	O RURAL E O SERVIÇO SOCIAL: demandas para o exercício profissional no RS
Autor	BRUNA MICHELE ENGEL
Orientador	MAILIZ GARIBOTTI LUSA

O RURAL E O SERVIÇO SOCIAL: demandas para o exercício profissional no RS

Autora: Bruna Michele Engel - Orientadora: Mailiz Garibotti Lusa - Instituição: UFRGS

A pesquisa versa sobre o rural no Rio Grande do Sul e as demandas que surgem para o Serviço Social, com objetivo de evidenciar a produção de requisições profissionais a partir deste espaço. O rural é um forte traço da configuração sul-rio-grandense, no entanto, é objeto de atenção investigativa do assistente social ainda de forma insípida ou residual. Assim, as demandas profissionais provenientes desse espaço ficam frequentemente invisibilizadas frente a outras discussões sobre as manifestações urbanas da questão social, havendo certo distanciamento profissional. Aporta-se no método crítico dialético, com abordagem qualitativa, pesquisa bibliográfica e documental. Durante o período inicial da pesquisa recorreu-se à secretaria do Conselho Regional de Serviço Social do RS (10º Região) para localizar os profissionais que trabalham no espaço rural e/ou com requisições provenientes do campo. Ocorre que os registros sobre os espaços sócio ocupacionais dos assistentes sociais não possibilitam fazer esta identificação. Este não é um limite específico deste Conselho, uma vez que os dados são padronizados pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS). Isto indica que esta informação é de difícil acesso em todo o Brasil e faz reconhecer um sutil indicativo da invisibilidade do exercício profissional correlato às expressões da questão agrária. Buscando informações sobre os serviços e equipamentos de atendimento das políticas sociais, utilizando a ferramenta de pesquisa na rede de internet, poucas informações foram levantadas. Tivemos apenas uma ocorrência em relação à existência de um Centro de Referência de Assistência Social Rural (CRAS-Rural), localizado na região metropolitana do Estado. Outras experiências sinalizam a articulação entre as políticas de assistência social e assistência técnica e extensão rural, enquanto outras falam brevemente do atendimento em saúde e da habitação, especialmente em áreas de reassentamentos de reforma agrária. Estas poucas informações sinalizam a insipiente visibilidade dos trabalhadores rurais para o Estado, o que tem por efeito a insuficiência de serviços e equipamentos de atendimento às demandas sociais dos camponeses, com localização dentro e a partir da territorialização dos serviços. Em contraposição, foram levantadas através da pesquisa documental nas teses e dissertações dos Programas de Pós-Graduação da área de Serviço Social no RS várias demandas de atendimento da população rural, especificamente da classe trabalhadora. Quinze produções apontaram diretamente tais demandas e 26 apontaram indiretamente. As demandas levantadas versam desde a habitação, a saúde, a assistência social, a educação, passando pelo assessoramento à mobilização e organização das lutas sociais, até o atendimento às situações de violência doméstica e de trabalho infantil. Importante registrar que apenas 1 publicação relacionou a demanda reconhecida com o trabalho do Assistente Social. Tal população requisita do Estado o atendimento público na esfera social, uma vez que não dispõe de recursos para comprar serviços diretamente no mercado, a exemplo dos serviços de saúde e educação. Atualmente as atividades de pesquisa estão voltadas para a identificação dos municípios com maior e menor IDHM nas 9 regiões funcionais de desenvolvimento do RS, segundo ordenamento da SEPLAG. A partir deste levantamento, iniciar-se-á o último momento da investigação, onde serão identificadas preliminarmente as secretarias municipais que prestam atendimento à população rural, com atenção especial para o atendimento social. Os resultados parciais desta pesquisa sinalizam que o rural brasileiro e sul rio-grandense é prenhe de requisições cotidianas, mas invisíveis para os profissionais. Por hora entende-se que a invisibilidade de demandas dos sujeitos que não justifica a inexistência de equipamentos e serviços de atendimento aos direitos sociais no campo. Tampouco há justificativa para que a profissão não volte sua atenção, seus estudos e seu trabalho para esses sujeitos camponeses e as requisições que eles lhe indicam, o que ainda ocorre.